



Público

22-04-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 564

Imagem: S/PB

Página (s): 44

# Consensos

**António Correia de Campos**  
Terra e Lua

Apesar das diferenças ideológicas, foi possível ver os deputados europeus a lutar pelos mesmos objectivos

Na semana passada, três deputados europeus de três partidos diferentes encontraram-se em Lisboa com 160 representantes da comunidade científica nacional, para expor o programa Horizonte 2020, reconhecido como uma das peças mais importantes da estratégia de desenvolvimento europeu para os sete anos que irão de 2014 a 2020. Este programa, dotado com cerca de 70 a 74 mil milhões de euros, visa reforçar a investigação europeia. Ciência, tecnologia e inovação são algumas das poucas vantagens comparativas que ainda restam à Europa, no turbilhão gerado por uma globalização de desvantagens consentidas e agravado pela crise financeira e económica que nos afecta desde 2008.

Apesar das diferenças ideológicas, foi possível ver os deputados europeus a lutar pelos mesmos objectivos: menos burocracia no acesso aos fundos comunitários, maior articulação entre os objectivos da ciência e o desenvolvimento regional, reforço do carácter competitivo das candidaturas e da objectividade da selecção, garantia da excelência como critério que alarga a igualdade de oportunidades para fora do peso dos países centrais, ligação mais articulada entre a criação do conhecimento científico e o desenvolvimento industrial dos produtos de inovação, assim cobrindo o "vale da morte" (espaço que medeia entre a criação e a aplicação prática), bem como a importância conferida às ciências sociais, instrumentos indispensáveis para o conhecimento da sociedade e das suas dinâmicas.

O encontro permitiu comparar os projectos legislativos organizados em seis relatórios. Portugal assegura dois (Graça Carvalho e Marisa Matias) e a uma socialista espanhola, Teresa Riera Madurell, também presente no encontro, coube o relatório principal. A administração da ciência, o Parlamento nacional e o Governo estiveram todos presentes no encontro.

Dos trabalhos não resultam efeitos imediatos para além de se ter contribuído para a circulação de informação essencial à compreensão da filosofia que presidirá à organização dos programas. O objectivo do encontro centrava-se na divulgação dos grandes eixos do programa, agora em

negociações a três, entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão. Como membro do Conselho e com deputados com forte influência no Parlamento, o nosso país está hoje em condições institucionais superiores às de há sete anos: não só tem mais gente em posições-chave na Comissão como pode usar os poderes reforçados que o Tratado de Lisboa conferiu ao Parlamento de maneira a melhor proteger os equilíbrios entre Estados-membros. Por força da alta prioridade que os Governos Sócrates atribuíram à Ciência, o tecido científico reforçou-se com muitos mais doutores, mais instituições a concorrerem, mais projectos cooperativos, mais investigadores e bolséiros estrangeiros entre nós, maior relacionamento científico com grandes produtores de ciência, mais sólidos laboratórios de Estado e maior disseminação regional do esforço de investigação. Se a competição dentro do

**António José Seguro não caiu no logro dos falhados do ajustamento violento**



Horizonte 2020 vai ser mais dura, estaremos mais bem preparados. Sem alardes nem altissonantes declarações de patriotismo, construiu-se um consenso que já deu e irá dar bons frutos.

Curiosamente, foi durante esta semana que se verificou a mudança radical da atitude do Governo para com o principal partido da Oposição. O renovado Governo, com ar



contrito, afastou as posturas agressivas de que o velho se alimentou ao longo dos dois últimos anos e magicamente surgiu aos portugueses como paladino do consenso. Tão súbita e inesperada viragem souu a falso. Foi assim que o PS a interpretou: mera cosmética conjuntural, encomendada pela *troika*, que, fugitada por todos os lados e agora por todos os continentes, tem que levar até ao fim a farsa em que nos envolveu, construindo a ficção de que um pequeno país obediente e assertivo demonstraria o impossível, que a austeridade punitiva é salvação da economia. A realidade veio contradizer uma impossível teoria de grandes séries cronológicas, onde o específico de cada país é reduzido a escassas variáveis, tudo metido num modelo, do qual saiu uma maravilhosa teoria de que hoje descreem mais de metade dos macroeconomistas

internacionais. Não foram só especialistas isolados, agora foi o conselho de editores de economia do *Times* de Nova Iorque e até a própria presidente do FMI, a francesa Lagarde. Com cada vez mais descrentes da bondade do xarope português, Berlim e Bruxelas concitam-se a apaparicar o doente, prolongando-lhe o suplemento vitamínico sem esperar pelo final da sétima apreciação. Mas impõem condições: que o doente não esteja agitado e que os partidos do arco do Governo alcancem consenso sobre a aderência à terapêutica. António José Seguro não caiu no logro dos falhados do ajustamento violento. Convicto da necessidade do ajustamento, mas sem garrotes financeiros que não nos deixem respirar. Tão simples como isso.

**Deputado do PS ao Parlamento Europeu. Escreve à segunda-feira**

## Renovar o legado europeu

As recentes previsões do FMI anunciam contracção de actividade na zona euro explicada pelas dicotómicas fragilidades da fractura Norte-Sul. No conjunto, o crescimento será de menos 0,3% em 2013 e só em 2014 será positivo, em 1,1%. Este ano, a Alemanha ficará abaixo de 1% e a França prevê contracção da actividade económica em consequência do saneamento das finanças públicas, dos maus resultados da exportação e de quebra na confiança. Na periferia, por força das medidas de austeridade, a maior parte dos países registará forte contracção e recessão, com crescimento negativo, elevado desemprego e aumento da dívida.

É sabido que esta situação resulta da acumulação em década e meia de crónicos

desequilíbrios comerciais, evolução divergente das produtividades, polarização pela Alemanha, Holanda, Finlândia e Áustria de ganhos da política económica, contrastados agora na depauperação da Grécia, de Portugal, da Espanha, de Chipre e até da Irlanda, sem garantias de sustentabilidade da dívida soberana. Apesar da evolução em baixa da taxa de juro, esta situa-se acima da taxa de crescimento nominal do PIB. Sem mecanismos de alívio do serviço da dívida, negada até agora a mutualização do seu *stock*, os riscos de contágio reforçam a crise e ameaçam a confiança no euro. Na fase em que os países aceitam os programas de assistência económica e financeira já esgotaram outras opções. Restar-lhes-á o desespero de abandonarem o euro. Se poucos pareciam dispostos a infringir es-

ta linha vermelha, com Chipre, a questão voltou a ser uma possibilidade.

Como adaptar e ajustar comportamentos do centro e da periferia e evitar fracturas? Comprovou-se que as decisões confinadas à vertente da disciplina orçamental geram quebra da procura interna, crescimento negativo e mais desemprego. A Europa não pode estar refém de uma única teoria económica, cada vez menos hegemónica. Precisamos de ideias novas e ambiciosos modelos, que entrem no debate. Todos ansiamos pelo regresso a uma "linguagem da solidariedade, do compromisso com a coesão e da retórica de inclusão (...) apropriada a uma única política em evolução", como afirmou o Presidente da Irlanda, Michael Higgins, no Parlamento Europeu, na semana passada. João Ferreira da Cruz, Economista